

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE – UNIPACE MBA EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CONTRA A MARÉ - A FORÇA QUE RESISTE E TRANSFORMA: um estudo sobre a atuação da mulher na política do município de Chaval.

Felitita da Silva Souza Spíndola¹
Stefania Márcia Câmara Monteiro²

RESUMO

Este estudo aborda o papel transformador desempenhado pelas mulheres na política municipal de Chaval, no estado do Ceará. O município se tornou referência ao registrar, em dois mandatos consecutivos, uma composição legislativa majoritariamente feminina e a inédita formação de uma Mesa Diretora composta exclusivamente por vereadoras. O presente estudo objetiva compreender como tais lideranças, muitas delas provenientes de contextos populares e historicamente distantes dos espaços formais de poder, constroem trajetórias de atuação que articulam resistência, profissionalização política e enfrentamento às diversas expressões da violência política de gênero presentes no cotidiano institucional. Para tanto, foi necessária a adoção de uma metodologia com abordagem qualitativa, associada a procedimentos quantitativos descritivos, fundamentada na aplicação de questionário estruturado que abrangeu dados sociodemográficos, escalas de mensuração de violência política de gênero e de empoderamento político feminino, além de questões discursivas voltadas à interpretação das percepções, práticas e desafios vivenciados pelas parlamentares. O processo de coleta de dados incluiu entrevistas, observação participante e análise documental, o que possibilitou a construção de uma leitura abrangente sobre como a experiência política se materializa para mulheres que ocupam cargos eletivos em um contexto municipal marcado por tradições patriarcais e por dinâmicas de poder historicamente masculinas. A pesquisa demonstrou que, apesar das barreiras estruturais manifestadas em episódios de deslegitimação, tentativas de silenciamento, disputas simbólicas e obstáculos institucionais, as vereadoras desenvolvem estratégias consistentes de enfrentamento e consolidação de autonomia política. Ao revelar esse movimento de ruptura e reconstrução, este estudo convida o leitor a refletir sobre a potência política das mulheres em territórios periféricos e a reconhecer como sua presença ativa contribui para reconfigurar significados, ampliar horizontes de participação e transformar, de maneira substantiva, a gestão pública municipal.

Palavras-chave: política municipal; violência política de gênero; empoderamento feminino.

¹ Vereadora; Licenciada em Biologia e Química; Pós-graduação em Gestão Ambiental; MBA em Gestão Pública Municipal. E-mail: vereadorafelititasilva@gmail.com

² Psicóloga; Psicopedagoga; Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela UECE. E-mail: stefaniamarca@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A participação política das mulheres, em especial em contextos periféricos e caracterizados pela persistência de estruturas patriarcais, constitui um dos campos mais significativos de resistência, transformação e disputa simbólica na contemporaneidade. Diante do exposto, o presente estudo objetiva identificar a participação da mulher no contexto político, considerando a violência política de gênero no município de Chaval, no estado do Ceará.

A pesquisa parte do pressuposto de que a presença feminina em espaços de decisão representa um fenômeno social que questiona a cultura política tradicional, historicamente consolidada em um mundo no qual as mulheres eram excluídas e seus papéis foram naturalizados pela marginalização.

No município de Chaval, localizado no estado do Ceará, região Nordeste do Brasil, foi observado um acontecimento singular no cenário político brasileiro. Pela segunda vez consecutiva, cinco mulheres foram eleitas para a Câmara Municipal, resultando em uma maioria feminina em um espaço tradicionalmente ocupado por homens.

Desde os primórdios da política chavalense, a maioria dos eleitos em todos os pleitos municipais sempre foi composta por homens. Atualmente, o município conta com nove vagas no Poder Legislativo. Nas últimas eleições, realizadas em 2020 e 2024, para o mandato de 2021 a 2024 e de 2025 a 2028, respectivamente, a maioria dos cargos foi preenchida por mulheres, com a eleição de cinco vereadoras em ambos os pleitos, enquanto as outras quatro vagas foram ocupadas por homens.

Nesse município, a consolidação do movimento pode ser observada na formação de uma mesa diretora inteiramente composta por mulheres em ambos os períodos políticos supracitados. Tal fato representa uma ruptura simbólica e um reposicionamento da mulher na vida pública, evidenciando novas formas de liderança, participação e construção democrática. Nesse contexto, emerge a problemática que orienta esta pesquisa: como as mulheres de Chaval-CE têm enfrentado as barreiras estruturais e simbólicas impostas pela cultura patriarcal e

pela violência política de gênero, e de que maneira sua presença e atuação na Câmara Municipal têm promovido transformações no cenário político local?

A hipótese que será testada neste estudo é de que a inclusão de mulheres em posições de poder, mesmo diante de desigualdades e resistências culturais, é capaz de produzir rupturas práticas e simbólicas. A experiência das vereadoras eleitas em Chaval, no estado do Ceará, evidencia que novos perfis de liderança têm emergido do cotidiano, das vivências comunitárias e de trajetórias marcadas pela superação de barreiras sociais. Muitas delas não possuem tradição política familiar, nem sobrenomes influentes, e são oriundas de contextos periféricos, rurais ou de comunidades tradicionais.

Dessa forma, o presente estudo orienta-se pela hipótese de que a representação feminina majoritária no município de Chaval, no estado do Ceará, não apenas desafia estruturas patriarcais historicamente consolidadas, mas também contribui para reconfigurar a forma como a política é praticada e compreendida no interior. Tal movimento influencia as relações de poder, dinâmicas participativas e percepções sociais, produzindo transformações que ultrapassam a ocupação formal dos cargos e alcançam o campo simbólico e cultural.

A relevância desta pesquisa fundamenta-se em suas dimensões teórica e social. Em uma abordagem teórica, o estudo apresenta uma interlocução com debates contemporâneos acerca de temas como democracia, representatividade, participação política feminina e violência política de gênero, contribuindo para o aprofundamento das discussões sobre a presença de mulheres em espaços institucionais de poder. No âmbito social, a relevância dessa temática decorre da necessidade de compreender como a atuação das mulheres na política chavalense tem promovido transformações no cenário local.

Além disso, torna-se essencial analisar como a violência política de gênero, manifestada em dimensões simbólicas, institucionais e interpessoais, ainda opera como mecanismo de controle e intimidação, mesmo diante do avanço representado pela presença feminina majoritária no legislativo municipal.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar a atuação das mulheres na política de Chaval-CE, enfatizando as experiências de resistência e transformação

diante da violência política de gênero. Para alcançar esse propósito, a pesquisa investiga o percurso histórico da representação feminina na política local e suas raízes socioculturais; identifica as principais manifestações de violência política de gênero vivenciadas por mulheres que ocupam cargos eletivos no município; reflete sobre o significado simbólico e social da presença feminina majoritária na Câmara Municipal e da Mesa Diretora composta exclusivamente por mulheres.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratória, baseada em revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e observação das práticas políticas locais. O questionário aplicado às cinco vereadoras, contendo perguntas objetivas e subjetivas sobre o exercício do mandato, permitiu captar de forma sistematizada percepções, experiências e vivências relacionadas à violência política de gênero, além de identificar estratégias de resistência mobilizadas no cotidiano legislativo

Os resultados preliminares indicam que, embora a presença feminina na Câmara Municipal represente um marco histórico e simbólico, as manifestações de violência política de gênero ainda persistem, principalmente em formas sutis, como tentativas de deslegitimação, discursos moralizantes, ataques à credibilidade e práticas institucionais que restringem a atuação das parlamentares. No entanto, os dados também evidenciam que essa presença tem promovido mudanças significativas, ampliando pautas, fortalecendo vínculos comunitários, ressignificando a política local e inspirando outras mulheres a ocuparem espaços de liderança.

Por fim, este trabalho organiza-se em quatro capítulos: o primeiro apresenta o referencial teórico sobre participação política feminina, patriarcado, divisão sexual do trabalho e violência política de gênero; o segundo contextualiza historicamente o município de Chaval-CE e a trajetória da representação feminina; o terceiro analisa os resultados da pesquisa empírica, evidenciando as formas de violência e as desigualdades relacionadas aos papéis tradicionais de gênero; e o quarto discute o impacto simbólico e político da presença majoritária de mulheres na Câmara Municipal.

Assim, “Contra a maré” não é apenas um título ou metáfora: é a expressão viva das mulheres de Chaval-CE, que resistem, transformam e reafirmam, diariamente, que a democracia só se fortalece quando todas as vozes podem, enfim, ser ouvidas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Gênero, poder e dominação simbólica: fundamentos teóricos

A reflexão sobre o lugar social das mulheres remonta aos clássicos do pensamento feminista. Em *O Segundo Sexo*, Beauvoir (1980) inaugura uma crítica profunda ao processo histórico de construção da mulher como “o Outro”, condição que a restringiu à domesticidade e à invisibilidade nas instâncias de poder. Ser “o Outro” significa ser permanentemente interpretada a partir de um centro masculino, o que repercute diretamente na sub-representação feminina na política espaço historicamente formulado por e para homens.

Bourdieu (1999), ao discutir a dominação masculina, amplia essa crítica ao demonstrar que o poder se sustenta não apenas em instituições formais, mas sobretudo em estruturas simbólicas que moldam o *habitus* político. Tais estruturas criam uma espécie de gramática tácita da masculinidade como medida da competência, força e racionalidade política. A política, nesse sentido, reproduz um padrão de exclusão que naturaliza a presença masculina e questiona sistematicamente a legitimidade das mulheres.

Scott (1991), por sua vez, define gênero como uma categoria útil de análise histórica. Para a autora, gênero não é apenas diferença entre homens e mulheres, mas um modo de organizar relações de poder que atravessa instituições, discursos e práticas. Esse entendimento permite compreender que a exclusão feminina do campo político não decorre de incapacidade individual, mas de arranjos sociais que produzem desigualdade de oportunidades, expectativas e reconhecimento.

2. 2. A participação política feminina no Brasil: avanços, limites e disputas

A trajetória das mulheres na política brasileira revela avanços normativos importantes, como a criação das cotas de gênero para candidaturas e, mais

recentemente, a Lei nº 14.192/2021, que dispõe sobre a prevenção e o enfrentamento da violência política contra a mulher. No entanto, como mostram Araújo (2019) e Sardenberg (2018), a desigualdade de gênero persiste não apenas pela ausência de políticas de incentivo, mas pelas barreiras estruturais dos partidos, da cultura política local e das relações de poder informal que operam nos bastidores.

Mesmo após décadas de atuação feminista, a representação feminina ainda se concentra de forma desigual no território brasileiro. Câmaras municipais de cidades pequenas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, frequentemente reproduzem estruturas patriarcais marcadas por relações familiares, compadrios políticos e redes masculinas de domínio. Apesar disso, experiências como a do município de Chaval, no interior do Ceará, mostram que rupturas são possíveis. A cidade alcançou o marco histórico de manter maioria feminina na Câmara Municipal por dois mandatos consecutivos, incluindo também a composição da Mesa Diretora. Esse feito, raro no cenário brasileiro, revela que transformações podem emergir mesmo em contextos de forte tradição patriarcal, desafiando o mito de que a política no interior é impermeável à atuação das mulheres.

A presença dessas mulheres chavalenses amplia o entendimento do que Saffioti (2004) denomina patriarcado de consentimento: um sistema em que a permanência feminina no poder muitas vezes exige negociação constante, resistência cotidiana e enfrentamento de normas tácitas que buscam recolocar a mulher em papéis subalternos. Assim, ocupar a política é, para essas mulheres, não apenas um exercício institucional, mas um gesto contínuo de sobrevivência e afirmação.

2.3. Violência política de gênero: mecanismos, impactos e enfrentamentos

A violência política de gênero é uma das dimensões mais persistentes da exclusão das mulheres. Ela se manifesta de formas sutis e explícitas: ataques à honra, assédio moral, hostilização nas redes sociais, boicotes institucionais, campanhas difamatórias, interrupções de fala, manipulação de normas regimentais e até violências físicas. Como apontam Sardenberg (2018) e Araújo (2019), a violência política funciona como mecanismo disciplinador, cuja finalidade é

desestimular a participação das mulheres ou limitar seu protagonismo.

A aprovação da Lei nº 14.192/2021 constitui um marco no reconhecimento formal do problema. Entretanto, sua efetividade ainda é frágil, sobretudo em municípios menores, onde as relações de parentesco, compadrio e dependência econômica dificultam denúncias e investigações. Esse cenário reforça a importância de iniciativas de apoio psicológico, jurídico e institucional às parlamentares. Nesse contexto, destaca-se o trabalho do Instituto E Se Fosse Você?, criado para oferecer suporte jurídico, assistência psicológica e orientação estratégica a mulheres políticas vítimas de violência, fortalecendo sua permanência nos espaços de poder e contribuindo para a construção de redes de solidariedade e resistência.

2.4. Mulheres que emergem dos movimentos sociais: novas trajetórias políticas

A participação de mulheres que chegam à política não por herança familiar, mas por engajamento em movimentos sociais, representa uma ruptura significativa nas dinâmicas tradicionais de poder. Manuela D'Ávila, jornalista, ex-deputada e liderança feminista, é um exemplo emblemático dessa trajetória. Vinda de movimentos estudantis e militância juvenil, afirma constantemente que “sem mulheres e negros, não há democracia nem desenvolvimento”, sinalizando a centralidade da diversidade para o avanço social e político do país.

Essa forma de ingresso enraizada no ativismo, e não na herança aproxima a política da vida cotidiana e fortalece a representação de mulheres populares, negras, jovens, trabalhadoras e periféricas. É nesse ponto que a metáfora da “filha de pescador” se torna conceito político: trata-se da mulher que rompe a bolha social, transita de um território marcado pela invisibilidade para o centro das decisões públicas, carregando consigo experiências, saberes e modos de vida tradicionalmente excluídos do debate institucional. Sua presença revela que a política pode (e deve) ser lugar de pluralidade, e que o poder também pode ser exercido a partir da vivência periférica, comunitária e popular.

Essas trajetórias mostram, como enfatiza Bourdieu (1999), que a transformação do campo político depende tanto da mudança estrutural quanto da

entrada de novos agentes capazes de tensionar e redefinir as práticas vigentes. Quando mulheres oriundas de movimentos sociais e contextos populares ocupam cargos eletivos, elas não apenas alteram a composição de gênero, mas reconfiguram sentidos e prioridades da política local.

O conjunto de teorias e estudos apresentados revela que a participação política feminina é atravessada por múltiplas camadas de desigualdade: simbólica, institucional, econômica e cultural. Da construção histórica da mulher como “o Outro” (Beauvoir), passando pela naturalização de habitus masculinos no campo político (Bourdieu), até a compreensão de gênero como categoria de poder (Scott), tem-se um arcabouço sólido para compreender por que a presença feminina ainda é uma conquista marcada por disputas.

O caso de Chaval demonstra que mesmo contextos de forte tradição patriarcal podem vivenciar rupturas significativas quando mulheres se articulam, resistem e ocupam o poder. Soma-se a isso a urgência do enfrentamento à violência política de gênero e a valorização de trajetórias que nascem dos movimentos sociais, como as de Manuela D’Ávila e de tantas outras mulheres que, sem herdar sobrenomes políticos, fazem da política um lugar de transformação.

Nesse percurso, a metáfora “contra a maré” ilumina a experiência dessas mulheres: entrar, permanecer e se fortalecer na política exige remar contra estruturas históricas, simbólicas e institucionais que insistem em empurrá-las para fora. Ainda assim, elas seguem com coragem, técnica, sororidade e consciência de que a democracia só se realiza plenamente quando todas e todos podem ocupar os espaços de decisão.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, descrevendo de forma clara o tipo de estudo, o delineamento metodológico, a população investigada, os instrumentos de coleta e as técnicas de análise dos dados, conforme orientam Marconi e Lakatos (2005), Gil (2008) e Boaventura (2014), ao enfatizarem que a metodologia deve responder às questões como, com quê, onde e quanto.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e exploratória, por buscar compreender, em profundidade, as percepções, vivências e significados atribuídos pelas mulheres que ocupam cargos legislativos no município de Chaval-CE. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir a interpretação sensível das experiências narradas pelas vereadoras, possibilitando reconhecer nuances da atuação política feminina e das situações vinculadas à violência política de gênero.

Do ponto de vista descritivo, o estudo apresenta e organiza as informações fornecidas pelas participantes, enquanto o caráter exploratório justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão sobre um fenômeno ainda pouco investigado no contexto específico dos municípios de pequeno porte.

3.1 Delineamento metodológico

O delineamento do estudo fundamenta-se em dois eixos complementares:

3.2.1. Levantamento bibliográfico e documental, envolvendo literatura acadêmica sobre gênero e política, estudos sobre violência política de gênero, legislações nacionais pertinentes e registros oficiais da Câmara Municipal de Chaval-CE. Esse levantamento permitiu construir o referencial teórico e situar o fenômeno no campo científico e institucional.

3.2.2. Aplicação de um questionário semiestruturado, direcionado exclusivamente às cinco vereadoras em exercício no município no momento da coleta. Esse instrumento foi elaborado com questões abertas, visando captar narrativas, percepções e interpretações das próprias protagonistas sobre suas trajetórias políticas e sobre experiências de violência política de gênero.

3.2 População e amostra

A população da pesquisa corresponde às cinco vereadoras em exercício no município de Chaval-CE, as quais também compuseram a amostra. Como o universo de mulheres ocupando cargos legislativos locais era reduzido e totalmente acessível, optou-se pela amostragem censitária, contemplando todas as parlamentares ativas. Essa escolha assegurou a representação integral das vozes

femininas atualmente presentes na Câmara Municipal.

O instrumento utilizado foi um questionário semiestruturado, contendo perguntas abertas que abordaram temas como: trajetória política; motivações e desafios enfrentados; percepções sobre gênero e poder; vivências e manifestações de violência política de gênero; estratégias de resistência e enfrentamento. A opção pelo questionário semiestruturado buscou equilibrar objetividade e liberdade de expressão, oferecendo um espaço seguro para que as vereadoras narrassem suas experiências de forma espontânea, preservando suas subjetividades.

A aplicação do questionário ocorreu presencialmente, em local e horário previamente acordados com cada participante, respeitando sua disponibilidade e garantindo sigilo e conforto. Antes da participação, cada vereadora foi informada sobre os objetivos da pesquisa, e o aceite se deu de maneira voluntária.

3.3 Análise dos dados

Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo, conforme a perspectiva de Bardin (2011), que consiste na organização, categorização e interpretação das respostas, buscando identificar padrões, sentidos atribuídos e recorrências narrativas.

A análise foi orientada pelas categorias teóricas estruturantes do estudo gênero, poder e resistência, permitindo articular a fala das participantes ao referencial bibliográfico e documental levantado. A experiência da pesquisadora como observadora participante contribuiu para a leitura contextual e crítica das narrativas, enriquecendo a compreensão dos fenômenos relatados.

A pesquisa assegurou a confidencialidade das participantes, preservando suas identidades nas etapas de análise e apresentação dos resultados. Todas as participantes foram informadas sobre os objetivos do estudo, o uso dos dados e a garantia de anonimato.

Os resultados foram organizados de forma descritiva e gráfica, atendendo às orientações da ABNT e às Normas de Apresentação Tabular do IBGE (1993), assegurando clareza, objetividade e rigor metodológico.

3.3.1 Análise da Escala de Violência Política de Gênero (EVPG)

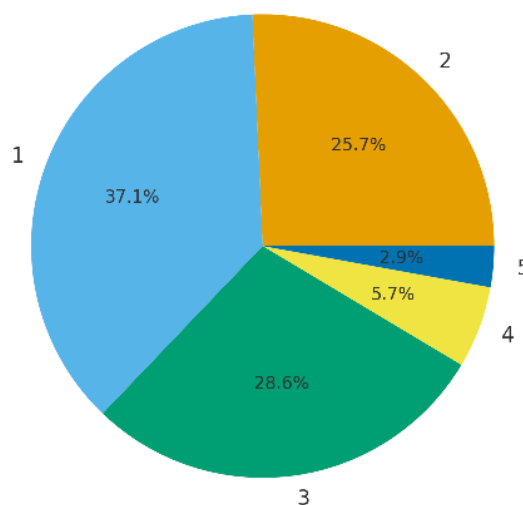
A Escala de Violência Política de Gênero investigou a frequência com que as vereadoras vivenciam práticas como interrupções de fala, deslegitimação, ataques em redes sociais, dificuldades de acesso a recursos partidários e assédio moral ou sexual. As respostas, apresentadas em escala Likert de 1 a 5, foram agrupadas para representar o comportamento geral das participantes.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição percentual das respostas das cinco vereadoras.

Gráfico 1 – Distribuição Geral das Respostas na EVPG

No gráfico acima observa-se que 37,1% das respostas concentram-se no nível 1 (Nunca), sugerindo que diversos tipos de violência não são vivenciados de forma

Distribuição Geral das Respostas – EVPG



contínua por parte das participantes. Entretanto, 28,6% das respostas situam-se no nível 3 (Às vezes), e 25,7% no nível 2 (Raramente), indicando que episódios de violência política de gênero, embora não permanentes, ocorrem com certa recorrência. A presença de respostas nos níveis 4 e 5 (frequentemente e sempre), embora menos frequentes (totalizando 8,6%), evidencia que determinadas formas de violência são experienciadas de forma intensa por algumas vereadoras, sobretudo no que diz respeito a ataques virtuais e acesso desigual a recursos partidários.

Esses achados corroboram estudos nacionais (Krook & Sanín, 2020; ONU Mulheres, 2021), que mostram que mulheres em cargos legislativos enfrentam obstáculos estruturais no exercício político, relacionados à deslegitimação da autoridade e à hostilidade de gênero.

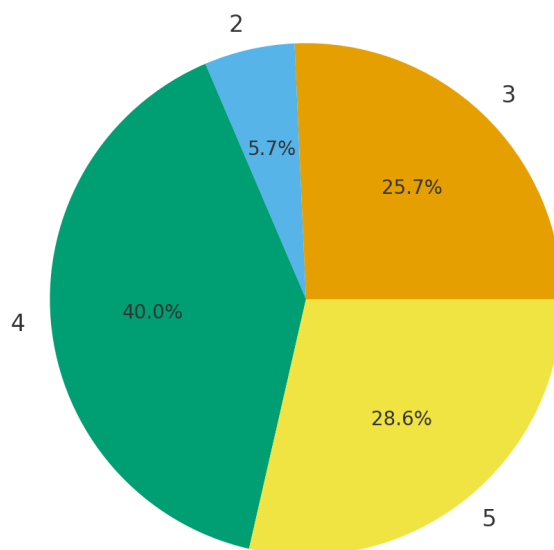
3.3.2 Análise da Escala de Empoderamento Político Feminino (EPPF)

A Escala de Empoderamento Político Feminino investigou aspectos subjetivos como segurança para expressar opiniões, participação nas decisões, apoio institucional, acesso a formação e percepção de contribuição para outras mulheres.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição percentual das respostas agregadas das vereadoras.

Gráfico 2 – Distribuição Geral das Respostas na EPPF

Distribuição Geral das Respostas – EPPF



Os resultados indicam, a predominância de respostas nos níveis 4 (Concordo) e 5 (Concordo totalmente), que somam 68,6% das respostas totais. Apenas 5,7% das respostas aparecem no nível 2 (Discordo), e não houve incidência de nível 1 (Discordo totalmente). Esse padrão demonstra que: as vereadoras percebem-se empoderadas, considerando-se capazes de influenciar decisões e contribuir para fortalecer outras mulheres; sentem-se seguras e tecnicamente preparadas,

especialmente aquelas com maior escolaridade ou experiência política; reconhecem avanços institucionais, ainda que insuficientes, quanto ao apoio e igualdade de gênero.

À luz do referencial de Zimmerman (2000) e Sardenberg (2019), esses resultados refletem níveis relevantes de empoderamento psicológico e político, reforçando a capacidade de atuação e agência política das participantes, mesmo em contexto permeado por desigualdades estruturais.

3.4 Integração entre Violência Política e Empoderamento Feminino

Ao integrar os dois conjuntos de dados, observa-se um cenário ambivalente: as vereadoras vivenciam episódios de violência política de gênero, ainda que de forma não sistemática na maioria dos casos. Paralelamente, apresentam alto nível de empoderamento político, o que pode funcionar como fator de proteção, permitindo a permanência e resistência no espaço legislativo.

As percepções qualitativas reforçam essa relação: as participantes apontam como barreiras a falta de recursos, o machismo estrutural, a exclusão de espaços decisórios e a escassez de apoio institucional. Ainda assim, reconhecem avanços importantes, especialmente a ampliação da representatividade feminina na Câmara Municipal de Chaval e a crescente mobilização para enfrentamento da violência política.

4. ANÁLISE E DISCUSSÕES

Os dados resultantes da pesquisa demonstram que as vereadoras de Chaval vivenciam episódios contínuos de violência política de gênero, ainda que em intensidades variadas. Essa realidade confirma o que Krook e Sanín (2020) definem como padrão estrutural de violência, caracterizado por práticas recorrentes de silenciamento, deslegitimação e exclusão institucional.

A presença de interrupções, comentários depreciativos e restrições ao acesso a recursos partidários apontam para dinâmicas que reproduzem o machismo institucional, discutido por Sardenberg (2019) como uma das principais barreiras à igualdade substantiva na política. A exclusão de reuniões importantes,

relatada por 80% das respondentes, também está alinhada com o conceito de violência simbólica de Bourdieu (2001), expressa na minimização da autoridade feminina em espaços de decisão.

Por outro lado, os elevados índices de empoderamento político feminino (IEPF) indicam que, apesar das barreiras enfrentadas, as mulheres desenvolvem estratégias de resistência e reafirmação de sua identidade política o que vai ao encontro do modelo de empoderamento de Zimmerman (2000), baseado em autonomia, participação e capacidade de influência no ambiente comunitário.

O contraste entre violência sofrida e empoderamento percebido mostra que a vivência política feminina ocorre em um "campo de tensão", como descrito por Piscitelli (2008), onde as mulheres precisam constantemente legitimar sua presença em um espaço marcado historicamente por práticas patriarcais. Ainda assim, 80% afirmam que fortalecem outras mulheres e percebem a presença feminina como elemento transformador da política, refletindo o que a ONU Mulheres (2021) classifica como lideranças multiplicadoras.

As respostas qualitativas reforçam esse entendimento ao apontarem como principais barreiras: machismo estrutural, falta de apoio institucional, julgamentos sociais, desigualdades de acesso a recursos, baixa sororidade entre mulheres. Esses elementos são amplamente reconhecidos na literatura como fatores de manutenção da desigualdade de gênero na política (Matos, 2018; Miguel, 2014).

Finalmente, as sugestões apresentadas pelas vereadoras convergem com as recomendações da ONU Mulheres, como: criação de protocolos de prevenção e enfrentamento à violência política, capacitações contínuas, formação de redes de apoio, mecanismos de responsabilização para práticas violentas.

Assim, os resultados da pesquisa demonstram que a política municipal é um espaço onde coexistem violência estrutural e empoderamento crescente, revelando tanto os avanços quanto os limites da participação feminina em contextos locais.

Os resultados da análise nos permitem concluir que a violência política de gênero está presente, ainda que com intensidade variável, afetando a atuação das vereadoras. O empoderamento feminino é significativo, indicando autoestima

política elevada, participação ativa e percepção de impacto social positivo.

Há necessidade de políticas públicas específicas, tais como: criação de protocolos de prevenção e enfrentamento à violência política de gênero; formação continuada de mulheres líderes; campanhas educativas para desconstrução de estereótipos de gênero; fiscalização rigorosa e punição de práticas de violência política; fortalecimento de redes locais de apoio entre mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender, com profundidade, como a presença feminina na política municipal de Chaval-CE traduz um processo de ruptura histórica e simbólica em um contexto marcado por tradições patriarcais e por práticas políticas estruturadas majoritariamente por homens. A partir das trajetórias das vereadoras que compõem a atual legislatura, observou-se que a representatividade feminina, quando consolidada por meio de uma maioria parlamentar e de uma Mesa Diretora composta exclusivamente por mulheres, produz efeitos que ultrapassam a dimensão numérica: ela reorganiza prioridades, amplia agendas, tensiona estruturas e modifica a cultura política local.

Os resultados da pesquisa revelaram a coexistência de dois fenômenos que, embora opostos em sua natureza, se entrelaçam continuamente na experiência das parlamentares: a violência política de gênero e o empoderamento político feminino. Por um lado, as vereadoras vivenciam episódios recorrentes de deslegitimação, interrupções de fala, exclusões institucionais e discursos moralizantes que visam cercear sua autoridade. Tais práticas, ainda que muitas vezes sutis, configuram mecanismos estruturais de manutenção da desigualdade e confirmam o que a literatura aponta como violência simbólica, institucional e interpessoal.

Por outro lado, o estudo demonstrou que essas mulheres desenvolvem estratégias de resistência e reafirmação que fortalecem sua prática legislativa e ampliam sua autonomia política. A elevada percepção de empoderamento observada nas participantes evidencia que elas reconhecem sua capacidade de influenciar decisões, transformar realidades e servir de referência para outras mulheres que desejam ingressar na vida pública. Esse empoderamento, sustentado

pela experiência acumulada, pela cooperação entre as parlamentares e pela atuação junto às comunidades, configura-se como importante fator de proteção diante das barreiras enfrentadas.

Verificou-se ainda que, a atuação feminina em Chaval não apenas amplia a representatividade política, mas produz impactos concretos na formulação de políticas, na priorização de demandas sociais e na democratização do debate público. A presença majoritária de mulheres contribui para um ambiente legislativo mais plural, sensível e responsivo, rompendo com padrões tradicionais que antes limitavam a participação de grupos historicamente marginalizados.

Além disso, o estudo evidencia a relevância da construção de redes de apoio, formação continuada e mecanismos institucionais de enfrentamento à violência política de gênero, destacando a necessidade de políticas públicas que garantam segurança, legitimidade e condições equitativas para o exercício do mandato por mulheres. A criação de protocolos institucionais, o fortalecimento da participação feminina nos partidos e a ampliação de iniciativas como as oferecidas por organizações de apoio jurídico e psicológico mostram-se fundamentais para a consolidação de práticas políticas mais justas e igualitárias.

Por fim, conclui-se que a experiência de Chaval-CE oferece um exemplo emblemático de que a transformação política pode emergir de municípios pequenos, periféricos e marcados por tradições conservadoras. As mulheres chavalenses, ao ocuparem e permanecerem nos espaços de poder, demonstram que é possível remar contra a maré, subverter hierarquias históricas e promover uma política mais inclusiva, democrática e comprometida com o bem comum. Assim, este trabalho reafirma que o fortalecimento da presença feminina na política não é apenas uma demanda de justiça social, mas condição fundamental para o avanço democrático e para a construção de novas formas de governar e representar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. **Gênero e política no Brasil: desigualdades e desafios**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese**. São Paulo: Atlas, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. **Violence against women in politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MATOS, Marlise. **Mulheres, poder e política: gênero e feminismo no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ONU MULHERES. **Violência política contra mulheres: panorama e recomendações**. Brasília: ONU Mulheres, 2021.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: perspectivas e debates**. Campinas: Pagu/Unicamp, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SARDENBERG, Cecília. **Violências e resistências: desafios para a participação política das mulheres**. Salvador: UFBA, 2018.

ZIMMERMAN, Marc. **Empowerment theory**: psychological, organizational, and community levels of analysis. In: RAPPAPORT, J.; SEEKINS, T. (orgs.). Handbook of Community Psychology. New York: Springer, 2000. referências devem seguir a NBR 6023/2018 da ABNT; devem ser apresentadas em ordem alfabética e na mesma fonte utilizada no texto do trabalho, alinhadas à esquerda; com espaço simples entre as linhas e separadas entre si por espaço simples.

APÊNDICE

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MBA EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ORIENTADOR (A): Stefania Márcia Câmara Monteiro

ALUNO (A): FELITITA DA SILVA SOUZA SPINDOLA

**INSTRUMENTO DE PESQUISA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO ENTRE
VEREADORAS DO MUNICÍPIO DE CHAVAL CEARÁ**

1. Identificação (dados sociodemográficos)

Utilizados apenas para fins estatísticos; anonimato garantido.

1. Idade: _____

2. Estado e município: _____

3. Partido político: _____

4. Tempo de mandato: () Até 2 anos () 3-4 anos () Mais de 4 anos

5. Escolaridade: () Ensino médio () Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduação

6. Já exerceu outro cargo político? () Sim () Não

2. Escala de Violência Política de Gênero (EVPG)

Baseada em Krook & Sanín (2020) e ONU Mulheres (2021). Responda conforme sua experiência pessoal, marcando o grau de frequência com que já vivenciou cada situação.

Escala Likert: 1 = Nunca | 2 = Raramente | 3 = Às vezes | 4 = Frequentemente | 5 = Sempre

Nº	Situação	1	2	3	4	5
1	Interrupções constantes ou deslegitimação da sua fala em plenário	☐	☐	☐	☐	☐
2	Comentários ofensivos ou depreciativos por ser mulher	☐	☐	☐	☐	☐

3	Exclusão de decisões ou reuniões relevantes	☐	☐	☐	☐	☐
4	Dificuldade em acessar recursos partidários ou financeiros	☐	☐	☐	☐	☐
5	Ataques ou ameaças em redes sociais devido à sua atuação política	☐	☐	☐	☐	☐
6	Pressões para desistir de projetos ou posições políticas	☐	☐	☐	☐	☐
7	Assédio moral ou sexual por colegas, assessores ou superiores	☐	☐	☐	☐	☐

Cálculo: média das respostas = Índice de Violência Política de Gênero (IVPG). Valores próximos de 5 indicam alta exposição à violência política.

3. Escala de Empoderamento Político Feminino (EPPF)

Adaptada de Zimmerman (2000) e Sardenberg (2019). Indique o grau de concordância com as afirmações abaixo.

Escala Likert: 1 = Discordo totalmente | 2 = Discordo | 3 = Neutro | 4 = Concordo | 5 = Concordo totalmente

Nº	Afirmação	1	2	3	4	5
1	Tenho segurança para me expressar e defender minhas opiniões	☐	☐	☐	☐	☐

políticas.

2	Sou tratada com respeito e igualdade no espaço legislativo.	☐	☐	☐	☐	☐
3	Participo ativamente das decisões políticas do meu município.	☐	☐	☐	☐	☐
4	Sinto-me apoiada por outras mulheres na política.	☐	☐	☐	☐	☐
5	Tenho acesso a oportunidades de formação e capacitação política.	☐	☐	☐	☐	☐
6	Considero que minha atuação política contribui para fortalecer outras mulheres.	☐	☐	☐	☐	☐
7	Acredito que o aumento da presença feminina transforma positivamente a política.	☐	☐	☐	☐	☐

Cálculo: média das respostas = Índice de Empoderamento Político Feminino (IEPF). Valores próximos de 5 indicam maior empoderamento percebido.

4. Percepções Qualitativas

1. Quais são, em sua opinião, as principais barreiras enfrentadas pelas mulheres na política local?

2. Você acredita que há avanços em relação à igualdade de gênero na política municipal? Explique.

3. Que ações ou políticas públicas poderiam reduzir a violência política de gênero e fortalecer o empoderamento feminino?

5. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro que fui informada sobre os objetivos da pesquisa “Violência de Gênero e Empoderamento Feminino entre Vereadoras”, e que minhas respostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, de forma anônima e confidencial.

() Concordo em participar voluntariamente da pesquisa.

Assinatura